

Procedimento Administrativo n.º 2-55.2017.6.09.0085 (Prot. SADP 8.408/2017)

ACORDO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS E A PREFEITURA MUNICIPAL DE CRIXÁS, OBJETIVANDO AUXÍLIO PARA EFETIVAÇÃO DE RECADASTRAMENTO BIOMÉTRICO DE ELEITORES.

ACORDO DE COLABORAÇÃO TRE-GO Nº 01/2017 - 085 ZE/GO

A UNIÃO, por intermédio do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS, sediado na Praça Cívica, nº 300, Centro, município de Goiânia, estado de Goiás, CNPJ nº 05.526.875/0001-45, doravante denominado TRE-GO, neste ato representado pelo Titular da 85ª Zona Eleitoral de Goiás, Dr. Alex Alves Lessa, nos termos da Portaria PRES nº 380/2015, portador da Carteira de Identidade nº 4481485, expedida pela DGPC/GO, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 803.512.395-53, e, de outro lado, o MUNICÍPIO DE CRIXÁS/GO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Inácio José de Campos, n.º 01, Centro, Crixás/GO, CEP n.º 76.510-000, CNPJ nº 02.382.067/0001-63, doravante denominada PREFEITURA, neste ato representada por seu PREFEITO, Sr. Plinio Luis Nunes de Paiva, portador da Carteira de Identidade nº 4508129, expedida pela SSP/GO, e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 010.126.151-97, resolvem celebrar o presente ACORDO DE COLABORAÇÃO, de acordo com a legislação que rege a matéria, em especial as Leis nº 8.666/93, 7.444/85 e 9.454/97, as Resoluções TSE nº 21.538/03 e 23.440/15, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente acordo de colaboração tem por objeto o auxílio no recadastramento biométrico de eleitores no município de Crixás/GO, através do fornecimento de mobiliário necessário ao atendimento, da disponibilização gratuita de servidores e funcionários para trabalharem na função de atendentes e auxiliares, da divulgação nos



Procedimento Administrativo n.º 2-55.2017.6.09.0085 (Prot. SADP 8.408/2017) meios de comunicação e da produção de materiais de publicidade acerca dos eventos vinculados à biometria.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPES

- 2.1 São obrigações do TRE/GO:
- I Zelar pela integridade dos bens e funcionários disponibilizados e promover todas as medidas necessárias à instalação e funcionamento dos kits biométricos;
- II permitir à Prefeitura de Crixás a fiscalização dos bens;
- III Servir-se dos bens para o uso convencionado ou presumido, compatível com a natureza destes e com o fim a que se destinam;
- IV Realizar, periodicamente, vistorias com o fito de diagnosticar as condições de conservação dos bens, levando imediatamente ao conhecimento da PREFEITURA eventual surgimento de qualquer dano ou defeito, cuja reparação a esta incumba, bem como as eventuais turbações de terceiros;
- V Realizar a imediata reparação dos danos verificados nos bens, provocados por seus agentes públicos, visitantes ou quaisquer outras pessoas que tenham permanecido no imóvel sob sua autorização.
- 2.2 São obrigações da PREFEITURA:
- I Disponibilizar, pelo prazo do presente Acordo, os bens e funcionários mencionados na Cláusula Primeira, bem como promover a divulgação da revisão eleitoral com a coleta de dados biométricos, inclusive mediante a produção de materiais de publicidade;
- II Realizar vistoria, se for o caso, juntamente com este Tribunal, quando da entrega e recebimento dos respectivos bens.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

Para o presente Acordo de Colaboração não haverá transferência de recursos financeiros entre os partícipes.





Procedimento Administrativo n.º 2-55.2017.6.09.0085 (Prot. SADP 8.408/2017)

CLÁUSULA QUARTA - DAS ALTERAÇÕES

Os partícipes, de comum acordo, poderão promover alterações ao presente instrumento, mediante termos aditivos, desde que não importem em descaracterização do seu objeto e obedeça ao disposto na Cláusula Terceira.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

O presente Acordo terá vigência pelo período compreendido entre a data de sua publicação até o término do período estabelecido para a realização do programa de identificação biométrica do eleitor, previsto para ser encerrado em 30/09/2017.

CLÁUSULA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

O extrato do presente instrumento será publicado no Diário Oficial da União, nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93, às expensas do TRE-GO.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO DO ACORDO

O acompanhamento, controle e execução do presente Acordo ficará sob a responsabilidade de representantes designados por ambos os partícipes, comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas.

CLÁUSULA OITAVA - DA DENÚNCIA E RESCISÃO

O presente Acordo de Colaboração poderá ser denunciado por iniciativa de qualquer dos partícipes, mediante comunicação escrita, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ou rescindido por descumprimento de qualquer de suas cláusulas, assumindo cada partícipe os respectivos ônus decorrentes das obrigações assumidas.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

As questões decorrentes da execução deste Acordo, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no foro da Cidade de Goiânia/GO, Seção Judiciária de Goiás, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, cabendo atentar para as exceções previstas no art. 109, inciso I, da





Procedimento Administrativo n.º 2-55.2017.6.09.0085 (Prot. SADP 8.408/2017)

Constituição Federal.

E por estarem deste modo acordadas, as partes mandaram redigir o presente instrumento, em 2 (duas) vias de igual teor, que, lidas e achadas conformes, serão assinadas pelos representantes dos partícipes, sendo uma delas arquivada no Procedimento Administrativo n.º 2-55.2017,6:09.0085 (Prot. SADP 8.408/2017).

Crixás, aos 20 dias do mês de março do ano de 2017.

Alex Alves Lessa MM Juiz da 85ª Zona Eleitoral de Goiás

> Plinio Luis Nunes de Paiva Prefeito de Crixás

Testemunhas:

1. Pelyone Prus da Silva Pergos CPF/RG 011.967.711-38/47-85780

2. Culcilene on coin de Jime. CPF/RG 890. 297. 471.53/ 3974690